

Senhora Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Nesta sessão plenária estamos a debater, e iremos votar, um conjunto de documentos de planeamento, o Plano e Orçamento para 2017 e as Orientações a Médio Prazo 2017-2020, que definirá as linhas estratégicas nas diversas áreas para os tempos mais próximos.

O Programa 3, dedicado à Pesca e Aquicultura, tem uma dotação de 26,1 milhões de euros, divididos por 5 projetos (Controlo, Inspeção e Gestão, Infraestruturas de Apoio às Pescas, Frota e Recursos Humanos, Produtos da Pesca e da Aquicultura e Regimes de Apoio e Assistência Técnica do Mar 2020), com um total de 27 ações.

O Projeto com maior dotação é o Regimes de Apoio e Assistência Técnica do Mar 2020, com 12,9 milhões de euros, totalmente dedicado à ação Apoio ao Investimento no âmbito dos Projetos Mar 2020.

De seguida destaca-se o Projeto Infraestruturas de Apoio às Pescas, com 6,9 milhões de euros, sobressaindo a verba de 5 milhões de

euros relativo à ação Portos da Região e 0,5 milhões de euros destinados à Melhoria das Condições Operacionais no Porto de Santa Cruz da Graciosa.

Ao Projeto Frota e Recursos Humanos está reservada a verba de 3,1 milhões de euros, destacando-se 1,7 milhões de euros para a ação Regime de Apoio à Frota de Pesca Local e Costeira, 0,4 milhões para a ação Regime de Apoio à Redução dos Custos na Atividade da Pesca, 0,4 milhões de euros destinados à Formação e Promoção do Capital Humano e 0,3 milhões de euros para o Fundopesca.

O Projeto Controlo, Inspeção e Gestão dispõe, para investimento, de cerca de 2,1 milhões de euros, com realce para a ação Gestão Sustentável das Pescas e da Aquicultura, com 1,6 milhões de euros.

Por fim, no Projeto Produtos da Pesca e da Aquicultura, com 1,1 milhões de euros, destaca-se a ação Apoio a Profissionais da pesca e Organizações Sectoriais, com 0,7 milhões de euros, e a Inovação na Aquicultura, com 0,3 milhões de euros.

Senhora Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

São sobejamente conhecidos os constrangimentos por que passa este sector nos últimos tempos, que originam fragilidades sociais e económicas em algumas comunidades.

Com a crise económica e financeira que atravessou a Europa muitos trabalhadores dispensados noutras atividade voltaram para o mar.

As capturas de atuns têm vindo a diminuir desde 2010 de forma abrupta.

Em 2015 e 2016 foram reduzidas as quotas do goraz para 610 e 507 toneladas, respetivamente.

Perante este cenário, o Governo, em estreita colaboração com os representantes associativos, tem agido de acordo com esta realidade e trilhado um caminho em busca de soluções para ultrapassar as dificuldades.

Foram tomadas medidas para precaver a abundância, nomeadamente a criação de áreas marinhas protegidas e redefinidos os tamanhos mínimos para algumas espécies. A aposta na investigação continua a ser uma prioridade. Tem aumentado também as ações inspetivas da Inspeção Regional das Pescas cobrindo todas as ilhas dos Açores.

O alargamento de zonas interditas ao uso do palangre de fundo ao redor das ilhas é também uma medida importante na luta pela preservação dos recursos.

Estão também em curso outras medidas que visam aumentar o preço médio, como a introdução de mais compradores, alternativas à primeira venda, valorização de outras espécies comercialmente menos atrativas e a procura de novos mercados.

Estas são algumas das linhas estratégicas inscritas nas 22 medidas do documento Melhor Pesca Mais Rendimento, cuja execução já está praticamente concluída.

Embora os resultados não sejam imediatos, já surgem alguns bons sinais:

- Em 7 anos, o preço médio por quilo cresceu mais de 100%, ou seja, de 2,08 euros em 2010 para 4,17 euros em 2016;
- O rendimento proveniente da primeira venda de espécies demersais tem vindo a aumentar gradualmente desde 2013, 14,4 milhões de euros nesse ano e 14,8 milhões de euros no ano passado;
- Nos últimos sete anos as capturas de demersais tem revelado uma relativa estabilidade.

Por outro lado, foi aprovada, em novembro passado, pela Comissão Internacional para a Conservação de Atuns do Atlântico (ICCAT), e isso é também uma boa notícia para os Açores, uma recomendação para limitar o uso de dispositivos artificiais agregadores de peixe (FAD) por embarcação, que usados intensivamente pelas embarcações da pesca industrial, poderão estar a prejudicar zonas de pesca mais distantes, como é o caso dos Açores. Esta medida poderá ser importante para o sector.

Hoje, todos sabemos, temos de pescar melhor e não necessariamente mais. Hoje temos, sobretudo, de vender melhor. Hoje temos de manter a aposta na qualidade para valorizar ainda mais um produto que é diferenciado.

Para atingir esses desideratos temos de fazer mais, é verdade, mas temos de lembrar que para se chegar até aqui foi preciso fazerem-se portos de abrigo, casas de aprestos, lotas, construir uma rede de frio, colocar gelo a bordo das embarcações, melhorar a frota, dar formação aos pescadores e apoiar as suas organizações de produtores.

Para se chegar aqui, o Governo apoiou os pescadores no transporte do pescado para a exportação e fez reduzir os fatores de produção.

Senhoras e Senhores Deputados

Apesar de reconhecermos que ainda muito há a fazer nesta área específica da economia Açoriana, temos muito orgulho no trabalho feito, sobretudo o investimento alocado à dignificação de uma atividade, dotando-a de melhores condições de trabalho e de segurança.

E uma certeza poderão ter os pescadores: enquanto subsistirem constrangimentos nas pescas, podem contar com o empenho deste Governo e desta maioria.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 15 de março de 2017.

O Deputado, José Manuel Gregório de Ávila